

Por Aluísio Alves

As plataformas tecnológicas de serviços financeiros estão se espalhando em ritmo exponencial no Brasil com fiscalização atenta do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que se movimentam para atualizar uma regulação precária.

Em apenas dois anos, o número de fintechs, como são conhecidas, passou de poucas dezenas para cerca de 250, divulgou a consultoria Fintechlab em fevereiro, numa efervescência que lembra a bolha de internet na virada do século.

Cientes de que não podem deter o curso desse rio de proporções globais, os reguladores brasileiros têm preferido adotar uma abordagem de bastidores, seja "chamando para conversar", ajustando exigências da regulação ou até estimulando a criação de entidades de classe.

Um executivo do BC, que pediu anonimato, disse que o órgão está acompanhando o movimento de perto, mas ainda não discute uma regulação para as fintechs. "Não há motivo para criar regulação para setores que estão trazendo inovação e que têm representatividade pequena no mercado", afirmou.

De fato, os montantes financeiros movimentados pelo setor ainda são residuais. O estoque conjunto de empréstimos das fintechs de crédito, por exemplo, não supera algumas centenas de milhões de reais, saldo inexpressivo em relação aos 1,56 trilhão de reais dos empréstimos totais do sistema para o varejo, segundo dados do BC referentes a janeiro.

Em número de clientes, no entanto, a dimensão é diferente. A Simplic, de crédito, informou ter alcançado em fevereiro a marca de um milhão. O Nubank, de cartões de crédito, não revela seus números, mas profissionais do setor estimam que a empresa já tenha entre 700 mil e 800 mil cartões ativos.

BC e CVM criaram em 2016 núcleos internos para monitorar fintechs, enquanto se movimentam para regular atividades que vêm ganhando maior visibilidade.

Após o Banco Original, do grupo J&F, criar uma plataforma digital há um ano, o BC chegou a mandar o banco interromper as operações, por avaliar que esbarravam em falta de controles, segundo outra fonte do BC a par do assunto. As operações foram logo retomadas, e semanas depois o BC editou uma regulamentação específica para contas online.

Da mesma forma, a CVM diz não ver necessidade de normas específicas para fintechs.

"Atividades como a de assessoria de investimento dado que os profissionais que atuam em startups que usam inovações como os 'robô advisers', por exemplo, precisam ter as mesmas certificações que qualquer outro profissional do setor", disse O superintendente de desenvolvimento de mercado da CVM, Antonio Berwanger.

A autarquia, no entanto, deve divulgar ainda este ano uma instrução normativa para os projetos de financiamento coletivo, o chamado crowdfunding, que considera um assunto mais crítico para o qual não há previsão regulatória.

Leia [aqui](#) a matéria na íntegra.

**Fonte:** [Reuters](#), em 03.03.2017.